

NOTA DE IMPRENSA

Sessão Esclarecimento / Discussão Pública Plano de Ordenamento do PNSACV -16/04/2010 – Aljezur

O Presidente da Câmara Municipal de Aljezur começou por agradecer a presença e participação de todos com uma saudação muito especial para os Presidentes de Câmara de Odemira e Vila do Bispo que o acompanharam naquela sessão pública de esclarecimento. Recordou que desde há cinco meses a esta parte que trabalham em conjunto, de forma construtiva, concertada e determinada nesta proposta que agora está em discussão pública e assim continuarão até ao final deste processo.

“O que hoje nos traz aqui hoje trata-se de um já longo processo que em nossa opinião está longe do fim, no qual ainda não nos conseguimos rever, que reprovamos na sua quase totalidade e rejeitamos”.

Aproveitou a oportunidade para informar que foram convidados para estas sessões públicas o Presidente de ICNB e o Secretário de Estado do Ambiente que por motivos vários declinaram o convite.

“Todo este processo começou muito mal!” – referiu e justificou:

“E refiro-me concretamente a 1988 com a criação da Área de Paisagem Protegida, depois 1995 com a Criação do Parque Natural, mais recentemente com o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 e agora com esta Proposta de Plano.

E porquê?

Muito simples! Por quatro questões fundamentais que os sucessivos Governos sempre esqueceram ou ignoraram!

1 – A gestão dos Parques Naturais deveria ter sido capaz de incorporar práticas simplificadas de baixo para cima apelando a uma forte e continua participação e envolvimento das populações locais em todos os processos de decisão;

2 – Porque nunca acreditaram e não acreditam ainda hoje, que as populações sejam os melhores gestores dos valores, recursos ambientais e naturais que herdaram dos seus antepassados;

3 – Porque não conhecem o território, nunca o estudaram ou caracterizaram, e quando o dizem que fazem, são por vezes levianos nas conclusões e erram;

4 – Finalmente, porque os Planos de Ordenamento dão pouca ou nenhuma importância à humanização do território e à valorização do Homem como uma mais valia para a biodiversidade.

Ao que é que assistimos então?

Ao abandono dos territórios das actividades tradicionais, à erosão dos solos, à desertificação de uma zona já de si de baixa densidade, a incompreensões, a tensões, ao pagamento de taxas cegas e desigualdades de tratamento em relação ao todo nacional!

Como poderão verificar do trabalho que vos apresentamos esta noite a palavra de ordem é cada vez mais e de forma DESCARADA – PROIBIR/CONDICIONAR! Seja na Actividade Florestal, Agrícola, Pecuária, Piscatória ou Turística!”

Muito concretamente em relação a esta proposta de Plano, destacou:

“Existe ainda uma outra questão fundamental, de que vos quero dar conta e para a qual sempre chamámos a atenção e que não foi respeitada: A Resolução do Conselho de Ministros nº 173/2001 de 28 Dezembro, determina a REVISÃO do Plano de Ordenamento do PNSACV! O que está hoje em Discussão Pública é UM NOVO PLANO que desperdiça um capital de aceitação junto da população, quando deveria limitar-se entre outras situações a detectar e corrigir eventuais deficiências e lacunas muito particularmente ao nível do zonamento”.

Dito isto, é sua convicção que estão ainda a tempo de inverter o estado das coisas, enfatizando que o Parque Natural do Sudoeste Alentejano é muito importante e é uma mais valia para todos.

“É! Não tenhamos dúvidas disso!

É motivo de orgulho e notoriedade!

Todavia, nunca desta forma! Nunca aceitaremos um Plano que marginaliza, maltrata e esquece o que temos de melhor neste Parque AS PESSOAS e o AMBIENTE!”

De forma crítica e determinada afirmou ainda:

“Não seremos nunca nós a pagar a elevada factura nacional dos disparates que se têm feito em matéria de Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente!

- Já demos muito dinheiro a ganhar ao País! E o que é que recebemos em troca?

- O que é que o Ministério do Ambiente tem a dizer ao sacrifício ambiental que vai ser feito face ao novo Plano Nacional de Barragens? Eu sei qual é a resposta! Que se justifica face à dependência energética que temos em relação ao petróleo! Que é um desígnio nacional! Posso até estar de acordo, agora os Aljezurense não têm quer pagar por isso!

Sim porque é disso que se trata!

TROCA POR TROCA!

Sacrificam a biodiversidade e dão lastro a NORTE e asfixiam a SUL!

- Porque estão “entalados” e em dívida com Bruxelas em relação aos grandes projectos da Costa Alentejana e têm de fazer à pressa um Regulamento genericamente proibicionista e restritivo! E onde é que vai ser? Óbvio, no Nosso Parque Natural!

- Porque têm de justificar os milhões de euros que se gastam com as recargas artificiais dos areais das praias que o mar já conquistou e não vai devolver!

- Porque têm de justificar os milhões de euros que gastaram num determinado buraco de um qualquer campo de golfe!

Contundente e muito incomodado com a actual situação, afirmou:

Pessoalmente, não presto ou sirvo para continuar a ser moeda de troca seja com quem for!

Enquanto Aljezurense,

Enquanto cidadão,

Enquanto Presidente de Câmara,

Politicamente, enquanto SOCIALISTA tenho VERGONHA deste Plano elaborado pelo ICNB e que a Secretaria de Estado está a patrocinar!

Em balanço final reiterou o facto de que não darão tréguas do ponto de vista do diálogo, do ponto de vista legal e jurídico, reafirmando

que seguramente serão ainda e cada vez mais incómodos e que sem nunca perderem a razão que lhes assiste, existirão custos políticos muito altos neste processo se não houver bom senso e acolhimento das propostas dos três autarcas e dos diversos sectores, apelando a uma forte e objectiva participação na discussão pública através da apresentação de propostas concretas, objectivas e fundamentadas.

Terminou a sua intervenção relembrando as declarações do anterior Ministro do Ambiente, Nunes Correia em Junho de 2009:

- *“Infelizmente não tem tido a presença que acho que era exigível e hoje vemos isso em situações que acabaram em tribunal, 30 anos depois de terem sido geradas;*
- *Nunca foram resolvidos, por isso decidimos apostar na sua resolução;*
- *Em conjunto com os autarcas vamos procurar soluções para os problemas;*
- *Tenho a certeza que a revisão do plano de ordenamento do Parque Natural, que será feito com as várias entidades envolvidas, irá certamente contribuir para um futuro melhor;”*

Relembrando também as declarações do Sr. Primeiro-ministro em Setembro de 2009:

- *“Admito o esquecimento em relação a esta zona!*
- *O Plano Ordenamento do Parque garantirá a conservação da natureza mas também o equilíbrio entre essa preservação e a sustentabilidade das pessoas”*

Concluiu, dizendo:

Não acredito que tenham sido palavras de circunstância e por isso quero daqui dizer ao Senhor Primeiro-ministro que por um lado, o Governo está há 6 meses para resolver o Plano de Pormenor do Espartal – Inadmissível;

Por outro que avalie ou mande avaliar de forma séria e imediata do desnorte fundamentalista que grassa no seio do Ministério do Ambiente em relação ao Plano do Parque Natural do sudoeste Alentejano e Costa Vicentina;

Saudou ainda as acções em curso de todos os grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República sobre esta temática, nomeadamente o PCP que já chamou à Comissão de Ambiente e Poder Local a Ministra do Ambiente solicitando-lhe um diálogo sério sobre a matéria, bem como o PS que hoje, sábado terá os seus deputados eleitos pelo Alentejo e Algarve em contacto com os 3 Presidentes de Câmara, pescadores, agricultores e comissões de Pesca Lúdica.

Seguiu-se uma apresentação sobre diversas matérias, (algumas já resolvidas, muitas outras por resolver) particularmente no que ao Município de Aljezur diz respeito, bem como de outras transversais a todo o Parque.

Muitos dos participantes que enchiam por completo o Salão dos Bombeiros Voluntários de Aljezur, tiveram depois a oportunidade de manifestar as suas preocupações e apreensões relativamente a esta proposta.

Aljezur, 17 de Abril de 2010.

**O Presidente da Câmara Municipal de Aljezur
José Amarelinho**